O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 19/12/2024 - 06:00

Congresso veta corte de emenda e eleva valor do Fundo Partidário

Contas públicas Novas regras

Congresso aprova LDO sem bloqueio de emendas e Fundo Partidário maior

___ Em dia de novo estresse no mercado financeiro, parlamentares aprovam lei que vai orientar o Orçamento de 2025 na contramão do pacote fiscal proposto pelo governo

DANIEL WETERMAN

Na contramão do pacote de corte de gastos proposto pelo governo, o Congresso aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que servirá de base para o Orçamento de 2025, rejeitando a possibilidade de corte de emendas parlamentares, aumentando o reajuste do Fundo Partidário, autorizando gastos de estatais fora do arcabouço fiscal e afrouxando o cumprimento da meta fiscal no ano que vem.

A decisão veio num dia de mais estresse no mercado financeiro, com o dólar cotado a R8 6,26 no encerramento dos negócios. Segundo analistas, o movimento continua sendo puxado principalmente pelas dúvidas sobre o quadro fiscal, enquanto o mesmo Congresso não termina a votação do pacote fiscal (mais informações na pág. B2).

Como parte da votação da LDO, o Congresso derrubou um dispositivo incluído pelo relator do texto, senador Confúcio Moura (MDB-RO), que obrigaria o Executivo a fazer um ajuste mais duro para zerar o déficit das contas públicas em 2025. A decisão abre caminho para o governo gastar mais ano que vem.

Conforme o Estadão antecipou, esse dispositivo obrigaria o governo a mirar apenas no centro da meta fiscal até outubro de 2025, sem considerar o piso inferior da banda, que permite atualmente um ajuste mais frouxo nas contas públicas. O Palácio do Planalto reagiu e derrubou a proposta ainda durante votação

Valores

R\$ 1,3 bilhão

é o valor programado no Orçamento de 2025 para o Fundo Partidário, que banca o funcionamento das siglas. O Gongresso rejeitou proposta do governo que diminuiria o reajuste dos valores na Comissão Mista de Orçamen to, na terça-feira.

A meta de resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida) estabelece um déficit zero nas contas públicas em 2025. Mas há uma tolerância equivalente a 0,25% do PIB – o que, na prática, permite um déficit de R\$ 30,97 bilhões no ano que vem.

EMENDAS. Em outro movimento, o Congresso também mexeu nas regras para as emendas. O governo tem dois instrumentos para controlar as despesas e cumprir as regras fiscais durante o ano: bloqueio e contingenciamento. As duas medidas impõem um congelamento de gastos. A diferença é que o bloqueio é feito para cobrir despesas obrigatórias (como salários e aposentadorias) e cumprir o arcabouço fiscal O contingenciamento é aplicado quando a arrecadação cai e a meta de resultado primário (balanço entre receitas e despesas) fica comprometida.

As emendas parlamentares impositivas, recursos indicados por deputados, senadores e bancadas estaduais no Orçamento da União, não podem ser bloqueadas – podem apenas ser contingenciadas. Como o bloqueio é mais efetivo e dificilmente é revertido, o governo propôs o corte de emendas para efetivar o cumprimento da areados para efetivar o cumprimento da areados para efetivar o cumprimento da areados para efetivar o cumprimento de areados para efet

to do arcabouço fiscal.

O corte de emendas impositivas foi proposto tanto no pacote fiscal quanto na LDO. Ontem, os parlamentares rejeitaram o dispositivo que permitia o bloqueio na LDO. Já no pacote fiscal, o bloqueio de emendas ficou autorizado apenas para emendas não impositivas, como as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, mas corte fiscou limitado a 15%-desidratando a proposta inicial. Hoje, o corte já atinge esses recursos, mas não há limite de valor.

O Congresso também rejeitou uma proposta do governa que diminuira o reajuste do Fundo Partidário, dinheiro que banca o funcionamento das siglas partidárias. Há R\$ 1,3 bilhão programado no Orçamento de



Negociação durante a sessão do Congresso para examinar a LDO

2025 para as legendas. Pela regra em vigor, a verba é corrigida conforme o limite do arcabouço fiscal, com base nos valores pagos em 2016. Com a mudança proposta pelo governo, o reajuste seria feito com base no valor de 2023, ano em que anova regra fiscal entrou em vigor. Segundo técnicos do Congresso, a mudança diminuiria o reajuste do fundo partidário de R\$ soo milhões para R\$ foó mi-

lhões entre um ano e outro. ●

COM RISCO FISCAL E FED, DÓLAR VAI A
RS 6.20 E BOLSA RECUA 3.15%, PÁO. B2

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: b Pagina: 1